

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.598 - RS (2019/0230284-9)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : MARIA DE LOURDES SOARES TAROUÇO - SUCESSÃO
ADVOGADOS : MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR - RS032025
TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR - RS032158
ARIANE SCHORR PASCHOAL - RS067800
PABLO RODRIGO SCHACKER MILITÃO - RS086620
AGRAVADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : CLÓVIS SÁ BRITO PINGRET - RS010257

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Maria de Lourdes Soares Tarouco – Sucessão contra decisão que não admitiu recurso especial com amparo na ausência de violação do art. 489 do CPC/2015, na tese de que não se analisa matéria constitucional em recurso especial, assim como no óbice das Súmulas 7 e 518 do STJ.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado, com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em oposição contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 347):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRETENSÃO DE PAGAMENTO DAS PARCELAS COMPREENDIDAS ENTRE O TRÂNSITO EM JULGADO E A EFETIVA IMPLANTAÇÃO. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO.

-O decurso do prazo de mais de cinco anos, desde que iniciada a exigibilidade, importa em reconhecimento da prescrição para a cobrança contra a Fazenda Pública das parcelas vencidas entre o trânsito em julgado e a efetiva implantação.

-Recurso provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 410-415).

Nas razões do especial, a recorrente alega existência de afronta aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o acórdão recorrido não se manifestou sobre: a) o processo foi rearquivado e não houve a devida intimação da parte exequente. Ademais, os autos ficaram paralisados por um período de 2 anos e 3 meses e, em razão disso, houve o descumprimento dos arts. 240, § 3º, 269 e 272, § 2º, do CPC; b) não houve prescrição das parcelas inadimplidas; c) as parcelas possuem natureza periódica e, desse modo, incluem-se no pedido

independentemente de requerimento expresso do autor; d) a obrigação não se encontrava certa, líquida e exigível; e) que não foi observada situação excepcional a ensejar a suspensão do lapso prescricional; e) o devedor ao descumprir parcialmente o caráter mandamental, praticou ato atentatório ao exercício da jurisdição; e f) que não correu prescrição no período entre o óbito do exequente e a habilitação dos sucessores.

Afirma que, após o trânsito em julgado da demanda, requereu o cumprimento do caráter mandamental do julgado para que viesse integralizada a pensão. Desse modo, a parte requerente sempre impulsionou o feito, buscando o cumprimento da sentença condenatória.

Ocorre que a recorrida não implementou o pensionamento integral, mesmo após ter afirmado que estava cumprindo a decisão judicial, o que beira a litigância de má-fé, com suporte no art. 77, IV, § 2º, do CPC.

Afirma que as parcelas vincendas são de natureza periódica e incluem-se no pedido independentemente de requerimento expresso do autor, com fulcro nos arts. 323, 507 e 509 do CPC.

Sustenta que não há que se falar em prescrição das parcelas.

Aduz malferimento dos arts. 240, § 3º, 269 e 272, § 2º, do CPC, porquanto houve falha do cartório, uma vez que não foi intimado do arquivamento dos autos.

Salienta que a obrigação não se encontrava certa, líquida e exigível, desse modo a exequente não tinha como saber sobre a ausência de pagamento.

Alega que, a partir do falecimento do autor da execução, o lapso prescricional encontrava-se suspenso em observância aos arts. 313, I, 921, I, do CPC.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do recurso (e-STJ, fls. 271-276).

É o relatório.

Não se configura a alegada ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal *a quo* julgou integralmente a lide e solucionou, de maneira amplamente fundamentada, a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida. *In casu*, fica claro que não há vícios a serem sanados e que os aclaratórios veiculam mero inconformismo com o conteúdo da decisão embargada, que foi desfavorável à recorrente.

O órgão julgador não é obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Precedentes: AgInt no REsp 1.609.851/RR, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 14.8.2018; AgInt no AREsp 258.579/PE, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 6.10.2017.

No que se refere à prescrição da pretensão, o Tribunal de origem consignou que (e-STJ, fls. 349-350):

Superior Tribunal de Justiça

No caso dos autos, que versa o direito à integralidade da pensão, o trânsito em julgado ocorreu em 01 de julho de 1999 (fl. 102).

Após o trâmite regular da execução, o precatório foi expedido em 09 de junho de 2001 (fl. 176).

Somente em 11 de abril de 2018, a parte autora requereu a comprovação da implantação da pensão integral e do pagamento das parcelas posteriores ao trânsito em julgado (fls. 229-230).

Verifica-se que, após a expedição do precatório, transcorreram mais de dezesseis anos para que a parte se insurgisse quanto ao inadimplemento das parcelas, configurando a prescrição, para tanto, no caso.

Da leitura do acórdão recorrido, deduz-se que a Corte local firmou seu entendimento com base nas provas dos autos, assim, a revisão do julgado implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em sede de recurso especial, ante o que preceitua a Súmula 7 do STJ.

De outro lado, a matéria relativa aos arts. 77, IV, § 2º, 240, § 3º, 269 e 272, § 2º, 313, I, 323, 507, 509, 921, I, do CPC não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, conforme o que preceituam as Súmulas 211 desta Corte e 282 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DEMORA NA DISPONIBILIZAÇÃO DE VAGA EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO (UTI). ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 3º, § 2º, DO CDC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. DEVER DE INDENIZAR. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. PRETENDIDA REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

IV. Não tendo o acórdão hostilizado expandido qualquer juízo de valor sobre o art. 3º, § 2º, do CDC, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, o da ausência de prequestionamento - requisito viabilizador da abertura desta instância especial -, atraindo o óbice da Súmula 211/STJ.

[...]

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.801.602/PE, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 16/9/2019)

Superior Tribunal de Justiça

De outro lado, no que tange ao apelo extremo fundado na alínea "c" do dispositivo constitucional, é pacífica a jurisprudência desta Corte de que a incidência do enunciado 7 da Súmula do STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

